Ata da 30ª Assembleia Geral da Delegação de Lisboa da ACAPO

22 de fevereiro de 2025

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2025 reuniu, presencialmente e também através da plataforma Zoom, a trigésima sessão da Assembleia Geral Ordinária da Delegação de Lisboa da ACAPO na Rua do Vale de Santo António 76C.

Os trabalhos foram iniciados às catorze horas e trinta minutos, tendo sido encerrados de seguida pelo Presidente da Mesa, que os reabriu meia hora depois, pelas quinze horas.

Registaram-se vinte e quatro presenças, a saber:

Fátima Tomás, Maria do Carmo Esteves, José Farinha Esteves, Hermínia Robalo, Nuno Antunes, José Domingos Gonçalves, Leonor Santos, Francisco Martins, Graça Gerardo, Diogo Costa, Maria da Luz Fortes, Ana Dias, Isabel Carrola,

Jacinto Moita, Abílio Oliveira, Fernanda Gomes, Rui Jacinto, Helena Fernandes, Paulo Santos, Aciolinda Fragoso, Isaurindo Fonseca, João Nobre, Ana Medeiros e Paulo Coelho.

Relativamente aos órgãos sociais, quer a Mesa da Assembleia Geral de Delegação (de ora em diante designada por MAGD), quer a Direção de Delegação (de ora em diante designada por DD) estavam completas. Pelos órgãos nacionais estiveram presentes: pelo Conselho Fiscal e de Jurisdição (CFJ), a Presidente Graça Gerardo e, embora ainda não tivessem tomado posse, os Representantes: Diogo Costa, Fátima Tomás, Isabel Carrola e Ana Dias.

Chegou à Mesa uma mensagem da Secretária da Direção Nacional, Catarina Almeida a informar que este órgão não se faria representar, dado que os seus membros estavam a participar à mesma hora na festa de aniversário da delegação de Aveiro.

O Presidente começou por felicitar todos os órgãos que iniciaram funções já este ano, em especial à DD de Lisboa encabeçada por Paulo Santos.

Sobre a correspondência recebida, o Presidente referiu o convite da DD de Aveiro para a festa de aniversário da respetiva delegação.

Passou-se à discussão da ata, para a qual se inscreveu a associada Fátima Tomás, que a considerou um pouco caótica, destacando: o número errado de presentes e a referência a perguntas de Associados sem a menção as respostas dadas pela DD.

Ainda no uso da palavra manifestou o seu desagrado por interrupções a despropósito por parte de alguns Associados porque é a Mesa que cabe a condução dos trabalhos.

O Presidente voltou a abrir inscrições e o Associado José Domingos Gonçalves esclareceu que, efetivamente, o nome do Associado Jacinto Moita está repetido na ata, mas também lá consta a indicação do número correto dos presentes na Assembleia (trinta e um Associados).

A Associada Hermínia Robalo disse que a repetição do nome do mesmo Associado tinha sido corrigida.

O Associado Jacinto Moita assumiu a responsabilidade pelo incidente porque entrou na Assembleia com duas contas diferentes: primeiro como Jacinto Moita, pelo iPhone, depois, como António Moita, através de um computador. Embora tenha chamado a atenção para o facto, a Mesa pode não o ter registado na azáfama da condução dos trabalhos.

A Associada Fátima Tomás fez um ponto de ordem para dizer que o Associado Abílio Oliveira, que não esteve presente na Assembleia anterior, não pode votar a ata.

A primeira-secretária esclareceu que, de acordo com o ponto 4 do artigo 43 do Código do Procedimento Administrativo, só podem votar as atas as pessoas que estiveram nas respetivas reuniões, pelo que no caso presente só chamará os Associados que estiveram na AGD de dezanove de outubro de dois mil e vinte e quatro.

Votaram esta ata os Associados: Paulo Santos, Maria da Luz Fortes, Fátima Tomás, João Nobre, Paulo Coelho, Francisco Martins, Isabel Carrola, Ana Dias, Ana Medeiros, José Farinha Esteves, Maria do Carmo Esteves, Aciolinda Fragoso, Jacinto Moita, Leonor Santos, José Domingos Pereira Gonçalves, Isaurindo Fonseca e Hermínia Robalo. A ata foi aprovada com dezasseis votos favoráveis e uma abstenção.

Passou-se a um momento doloroso que conduziu à aprovação, por unanimidade, de um voto de pesar, sublinhado com um minuto de silêncio, em homenagem aos Associados falecidos desde a última sessão ordinária da AGD, realizada a dezanove de outubro do ano tranzato. Assim, registamos: Maria de Lurdes Farinha Esteves Coelho, António Gonçalves da Silva , Maria Isabel Leiria Ribeiro e Ângela de Jesus Barata Faria.

As Associadas Lurdes Esteves Coelho e Isabel Leiria foram Representantes e o Associado António Gonçalves foi presidente da Associação Luís Braille e depois presidente da MAR.

O Associado José Domingos Gonçalves disse que, cada um a seu modo, todos estes Associados participaram nas atividades associativas. Ângela Faria fez parte do grupo de teatro e António Gonçalves, além da já referida participação Na ACAPO, esteve ligado aos órgãos centrais do Partido Comunista Português.

O Associado Abílio Oliveira salientou a participação associativa de todos e sugeriu a «criação de um memorando para homenagear todos aqueles que nos deixaram».

Em seguida, foi lida a Ordem de Trabalhos:

Ponto um – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e da Conta de Gerência relativos a 2024 apresentados pela direção de delegação de Lisboa, bem como o Parecer do Conselho Fiscal e de Jurisdição.

Ponto Dois – Informações relativas à vida associativa.

Como nenhum associado manifestou vontade de intervir, passou-se de imediato à votação e a Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Entrou-se no ponto um e o presidente informou que o Parecer do CFJ só chegou horas antes desta AGD. Assim, foi dada a palavra a Graça Gerardo que começou por pedir desculpas aos Associados e esclareceu que este atraso na emissão do Parecer se deveu à reestruturação do funcionamento do CFJ. Assumiu a falha e desejou que esta situação não se volte a repetir. Aproveitou a oportunidade para informar que, embora o Parecer seja do CFJ, a partir de agora, terá sempre o nome de quem o elabora. O responsável pelos Pareceres da delegação de Lisboa é o vice-presidente Rui Bidarra.

Dispensada a leitura do Relatório de Atividades e da Conta de Gerência, foi dada a palavra à DD para os apresentar. O presidente, Paulo Santos, começou por felicitar todos os elementos dos órgãos eleitos para o presente quadriénio e, relativamente ao Relatório de Atividades, destacou os seguintes aspetos: a sua extensão; a existência de informação desnecessária, o trabalho feito pela DD e pela equipa técnica; o grande incremento de atendimentos relativos à atribuição de produtos de apoio, com a emissão de cerca de quarenta prescrições mensalmente; a desmultiplicação da equipa técnica para ações de sensibilização; aumento do envolvimento na vida associativa, com o consequente aumento do número de Associados nas instalações do Vale de Santo António (registaram-se cerca de três mil utilizações na Restauração). A DD pretende que este trabalho tenha continuidade.

Ainda no uso da palavra, o presidente referiu na Conta de Gerência o lucro de cento e vinte e quatro mil euros e alertou que boa parte desta verba tem a ver com os acordos de cooperação que a ACAPO assinou com a Segurança Social. Isto significa que a DD só atingirá estes resultados, cumprindo os números que constam do acordo. «Isto obriga-nos a trabalhar mais e com mais qualidade».

Paulo Santos disse que a DD tenta que, para uma atividade deficitária, se encontre outra que dê lucro para cobrir esse prejuízo. Para exemplificar esta situação, referiu o desporto (que tem algum prejuízo) e que é coberto pelas Atividades Associativas e pela Restauração.

Quanto às instalações do Vale de Santo António, a Restauração deu um lucro de cerca de nove mil euros e o Desporto um prejuízo de cerca de seis mil. A renda, que voltou a aumentar (para mil e quinhentos e setenta euros mensais) é coberta pelo apoio do INR.

Paulo Santos terminou reiterando a vontade de melhorar os resultados quer da Conta de Gerência quer do Relatório de Atividades.

Aberto um período de inscrições, manifestaram a vontade de intervir os Associados: Fátima Tomás, Graça Gerardo, Fernanda Gomes, Diogo Costa, Abílio Oliveira e Rui Jacinto.

Fátima Tomás expressou o seu contentamento pela forma como o Relatório está escrito porque o considerou muito esclarecedor com referência às metas que foram e não foram cumpridas. A disponibilização do documento em dois formatos (com e sem tabelas) permite aos Associados escolherem o que mais lhes agrada. Regozijou-se com o novo acordo de cooperação que, embora com regras que têm de ser cumpridas, tem valores que permitem mais liberdade à DD. Disse não ter gostado da constante referência ao empenho da equipa técnica, não retirando a importância que ela tem. É da sua competência tentar arranjar mais Associados, por exemplo. Solicitou que a DD divulgasse os nomes dos novos elementos da equipa técnica porque, na sua opinião, é importante que os Associados saibam exatamente a quem terão que se dirigir.

O Presidente esclareceu que, quando no Relatório se fala do empenho dos serviços técnicos, a DD considera que não custa reconhecer o trabalho realizado e, sobretudo quando as pessoas estão realmente empenhadas. De há dois anos a esta parte, com a estabilização dos técnicos, a DD, a equipa e os restantes colaboradores conseguem trabalhar num ambiente familiar.

A equipa é constituída pela diretora técnica e técnica de serviço social Liliana Bernardo, a psicóloga Anabela Miranda, a terapeuta Sónia Manzarra (que esteve muito vocacionada para prescrição e atribuição de produtos de apoio) e nas atividades de vida diária (AVD) e orientação e mobilidade, as terapeutas Raquel Santos e Diana Ferreira. O acordo de cooperação obriga ao aumento da equipa com mais um terapeuta e um técnico de braile e TIC.

Graça Gerardo explicou que a metodologia do CFJ passa por um trabalho de maior proximidade com as delegações. Cada elemento tem a cargo duas ou três delegações, o que permite um maior contacto entre o CFJ e as DD, bem como um acompanhamento, ao longo do mandato, do trabalho que vai sendo realizado por cada delegação. Acrescentou que é necessário uniformizar as rubricas que aparecem no Orçamento e na Conta de Gerência porque se verificou haverem algumas discrepâncias.

Sobre este assunto, o presidente Paulo Santos esclareceu que a rubrica Instalações do Vale de Santo António apareceu pela primeira vez no Orçamento que foi aprovado em outubro de dois mil e vinte e quatro e crê que isto terá coincidido com a entrada da nova contabilista nos quadros da instituição.

Fernanda Gomes apelou à DD uma maior preocupação com as pessoas de mais idade e que estão a ter outras incapacidades para além das visuais. Referiu-se ao ato eleitoral no qual nem ela, nem o associado José Luís Soares puderam participar por atraso na chegada dos votos. Acresce que, por razões de saúde, o referido Associado não se pode deslocar para o exercer presencialmente.

Diogo Costa manifestou a sua estranheza pela maneira como se participa nesta assembleia: «o presidente da Mesa passa a palavra à Associada Graça Gerardo e depois quem fala é a presidente do CFJ». Acrescentou que quem vota nesta assembleia é a Associada e não a presidente.

Relativamente à Conta, disse que os resultados obtidos são bastante positivos, mas irrepetíveis por causa da renegociação dos acordos de cooperação. Ao longo do ano, a ACAPO teve um ajustamento dos valores e a DD, em conjunto com a DN, estão a organizar-se para a contratação de novos técnicos e assim poder dar uma melhor resposta aos Associados.

Acerca do comentário feito por Fátima Tomás sobre os Representantes Representarem os Associados, disse que «Na verdade, o representante dos Associados da delegação de Lisboa é o presidente da Mesa, Paulo Coelho, e que os Representantes representam todos os Associados, independentemente da Delegação a que pertençam.»

Paulo Santos considerou que, embora o saldo seja irrepetível porque a equipa técnica vai ser aumentada, é uma mais-valia para as DD, para os Associados e para os utentes porque este acordo de cooperação permite a melhoria das condições e a redução dos défices que houve noutras alturas. Os recebimentos mensais previstos neste acordo são o dobro dos que estavam em vigor no anterior. Considerou que mais importante do que o saldo desta Conta, é a ACAPO poder ter mais e melhores respostas para os Associados e utentes.

Graça Gerardo declarou que, como Associada, tem todo o direito de estar na assembleia da sua delegação. No entanto, não deixa de ser presidente do CFJ e por isso, conhecendo o trabalho do órgão, considera que tem a obrigação de esclarecer as dúvidas dos Associados.

Seguidamente, foi dada a palavra a Abílio Oliveira que disse não estar inteiramente de acordo com o Parecer do CFJ e referiu algumas metas que não foram cumpridas, tais como: a taxa de Associados com quotas regularizadas, o número de novos Associados, o número de novos eventos, e na satisfação e registo de «Feedback». Talvez este incumprimento se deva a uma necessidade de melhoria nos serviços prestados e, em seu entender, a inexistência de um número relevante de sugestões e de reclamações pode ter a ver com uma dificuldade dos Associados em se fazer ouvir nas suas opiniões.

Considerou o Relatório bastante focado em números e estatísticas (questões que deviam ser mais abordadas na Conta de Gerência) mas, qualitativamente, ele não aprofunda o impacto das ações. Pensa que seria interessante incluir no Relatório depoimentos de Associados e avaliações detalhadas sobre as iniciativas promovidas. Poderia ter uma melhoria na clareza da redação, já que algumas partes são demasiado repetitivas.

Em sua opinião, algumas modalidades desportivas, como o atletismo, deveriam ser reativadas, em vez de se optar por outras que darão menos trabalho. Relativamente à participação associativa, talvez sejam sempre os mesmos.

Pensa que existe uma grande subserviência da ACAPO em relação à Segurança Social e que «se devia olhar mais para os nossos Associados e aumentar as parcerias com o tecido empresarial na realização de novos projetos».

De seguida, interveio Rui Jacinto que considerou este Parecer mais equilibrado que os anteriores em que se teceram considerações sobre as opções da DD, como a restauração.

Em sua opinião, o Relatório é demasiado extenso e peca por muitas redundâncias. Como um aspeto positivo destacou a diminuição de tabelas, o que facilita a leitura e discordou do presidente relativamente ao excesso de informação.

Relativamente à representação de interesses, existem problemas para resolver, que não são inteiramente da responsabilidade da DD, tais como: a visibilidade da Associação, os transportes com falta de aviso de paragens na linha de Sintra ou motoristas que insistem em desligar os equipamentos de aviso de paragem.

Considerou positivo o aumento da equipa técnica até porque a delegação é extensíssima e seria interessante que Associados de áreas próximas de Lisboa, como Sintra e Almada, tivessem uma maior integração e atenção. Isto para não falar de zonas mais distantes de Lisboa.

Sobre a reabilitação, acha que é preciso haver melhorias para que cada utente ou Associado possa ter um plano que contemple as suas reais necessidades e não se use a mesma receita para todos. Referiu um caso de uma prescrição de computador com leitor de ecrã em que a pessoa não conseguia trabalhar com ele.

A este propósito, Paulo Santos esclareceu que, na plataforma de prescrição de produtos de apoio, é perguntado se a pessoa sabe ou não trabalhar com o equipamento prescrito.

Ainda no uso da palavra, disse que os acordos com as câmaras de Lisboa, Setúbal e Torres Vedras não têm a ver com o acordo com a Segurança Social e com os respetivos apoios. Antes de dois mil e vinte e três, o acordo atípico contemplava apenas a região de Lisboa até ao Cais das Colunas e até Torres Vedras. Com o novo acordo de cooperação, as zonas limítrofes de Lisboa estão abrangidas. Continua a ser difícil ir a Évora, Beja ou Santarém, mas as equipas nunca deixaram de ir a estes sítios dentro das suas possibilidades. Neste sentido, referiu as parcerias entre a equipa técnica de Lisboa e as equipas de Leiria e do Algarve para contemplar Associados que, embora pertençam à delegação de Lisboa, estejam mais próximos dessas regiões.

Para Paulo Santos a aprendizagem de braille e TIC tem sido uma lacuna na delegação que será colmatada com o acordo de cooperação e a possibilidade de contratar um técnico, deixando assim de se recorrer à formação profissional, como tem sido feito até agora.

Foi aberta uma segunda ronda para a qual se inscreveram os Associados Diogo Costa e Helena Fernandes.

Diogo Costa focou a sua intervenção no Parecer do CFJ e disse entender o atraso na expedição do Parecer, uma vez que já passou por lá. Trata-se de um órgão que deve observar e refletir e, por muito boa vontade que os seus membros tenham, não é num mês que se consegue realizar um trabalho tão exigente. Não critica a referência nos pareceres a quem os redige porque se trata de uma opção de metodologia do próprio órgão. Felicitou os seus membros pelas alterações feitas ao preâmbulo com tão pouco tempo desde a tomada de posse e desejou que o órgão tenha tempo para continuar a refletir e, perante as suas reflexões ponderadas, dar as suas opiniões e explicar as conclusões a que chegou.

Helena Fernandes questionou a situação da casa da Damaia e quis saber onde são realizados os workshops sobre AVD referidos no Relatório. É preciso contratar mais técnicos, mas o mais importante é saber orientá-los para que façam um trabalho eficiente em prol dos Associados. Considerou que nos últimos anos não se tem visto um grande dinamismo nos serviços prestados e muito do que é publicitado (como idas a teatros) ser organizado por particulares ou outras instituições. Lamentou nunca ter tido resposta dos técnicos da delegação quando se inscreveu para reconhecer um determinado percurso e ter obtido apoio por uma associação da qual nem sequer é sócia.

Respondendo à Associada, Paulo Santos disse desconhecer a situação relatada. Informou que a Gare do Oriente vai ser alterada para a criação de uma via de TGV e que a única empresa que não participa na Carris Metropolitana é o Metropolitano de Lisboa.

Relativamente às atividades, disse que têm sido diversificadas e que têm aumentado, conforme está plasmado no Relatório e na Conta de Gerência. Poucas foram as atividades cuja participação foi inferior a vinte Associados.

Os workshops mencionados têm sido feitos na vertente da sensibilização à comunidade e alguns também foram dirigidos aos Associados. A DD pretende continuar a fazê-los usando as Instalações do Vale de Santo António.

Maria da Luz Fortes pediu a palavra e, enquanto integrante da anterior direção, lamentou que algumas atividades não tenham tido inscrições.

Seguiu-se um ponto de ordem feito pela Associada Fátima Tomás que disse que é o presidente da assembleia que dirige os trabalhos e que os Associados não podem intervir sem atropelar quem está no uso da palavra.

Na sequência da intervenção da Associada Maria da Luz, Paulo Santos esclareceu que houve duas atividades que não foram contabilizadas neste Relatório porque não tiveram inscrições. Uma foi a uma demonstração feita pela Federação de Xadrez, que foi publicitada por mail e SMS. No dia da atividade estavam três presentes que eram os membros da direção. No final de dezembro foi feita uma visita aos bombeiros de Loures para a qual se inscreveram duas pessoas.

Fernanda Gomes lamentou que não haja ajudas para os Associados que não se podem deslocar para participar nas atividades e acrescentou que o Associado José Luís Soares teria gostado de ter marcado presença na demonstração de xadrez «na instituição que ele tanto ama».

Paulo Santos lamentou a situação do Associado, mas a ACAPO não tem capacidade de resposta para os Associados nestas condições nem para aqueles que residem em zonas mais distantes da delegação e que têm o mesmo direito a usufruir das atividades.

Terminada a discussão dos documentos, passou-se à votação e o Relatório de Atividades foi aprovado por vinte e um votos favoráveis e três abstenções, a Conta de Gerência por vinte votos a favor, um contra e três abstenções e o Parecer do CFJ por dezoito votos favoráveis, um contra, quatro abstenções e uma ausência.

Entrou-se no ponto dois «Informações sobre a vida associativa» e o presidente da DD referiu as atividades que ocorrerão em março: O segundo almoço convívio mensal no dia um, a celebração do carnaval nessa mesma tarde, as comemorações do Dia Internacional da Mulher com um almoço para as mulheres e uma tarde de poesia no dia oito e uma sessão de leitura prevista para o dia vinte e dois.

Sobre a representação de interesses, e na sequência do trabalho realizado em dois mil e vinte e quatro e que se prolongará, pelo menos, até ao final do ano, decorrerá no dia vinte e oito de fevereiro uma reunião com os transportes metropolitanos de Lisboa em que estarão presentes a DD e o técnico de acessibilidades.

Informou ainda que se está a proceder à atualização da base de dados da ACAPO, trabalho que se afigura bastante moroso, e que os Associados que se dirijam à delegação não estranhem se lhes forem pedidos para fornecerem dados como morada, telemóvel ou documentos em falta.

Paulo Santos concluiu a sua intervenção dizendo que a DD está a organizar as férias em setembro e a trabalhar para realizar uma visita cultural em maio.

Aberto um período para intervenções, Fernanda Gomes recordou uma visita à Escola de Hotelaria do Estoril em que houve transporte para os Associados, o que parece não acontecer atualmente. Acha que a DD deve exigir da DN mais apoio para os Associados que não têm condições para se deslocar sozinhos. «A direção nacional terá que verificar a realidade dos Associados, porque a realidade dos Associados de hoje não é a realidade dos Associados de ontem.»

Em resposta à Associada, Paulo Santos disse que a delegação tem a carrinha para atividades específicas, como a mencionada visita à Escola de Hotelaria, as atividades desportivas e, a partir de abril, servirá para deslocar Associados aos serviços centrais das Finanças para o preenchimento do IRS. A DD não tem capacidade para ir buscar Associados para votar ou para participar em atividades na própria delegação.

Helena Fernandes pediu para prestar um esclarecimento e disse que a carrinha que ainda hoje existe foi adquirida no seu mandato em dois mil e três e não em dois mil e oito, como foi dito pelo presidente.

Diogo Costa perguntou a Fernanda Gomes, se é à DD que compete a política de proximidade com os Associados, com que base ao nível dos regulamentos e Estatutos, pode a DD exigir que a DN preste apoio para transportar pessoas para participar nas atividades e a Associada respondeu que há cerca de vinte e cinco anos que não está por dentro do funcionamento da instituição. Acha que cabe à delegação de Lisboa ter proximidade com os seus Associados e às técnicas de serviço social tentarem perceber, através de um telefonema, porque é que alguns não têm contacto com os serviços nem aparecem nas atividades.

Respondendo ao Associado Diogo Costa sobre a possibilidade de se pedir apoio para transporte às autarquias, o presidente Paulo Santos esclareceu que isso tem sido feito mas, à exceção das câmaras de Lisboa e de Oeiras em situações pontuais, as outras não se têm disponibilizado para conceder transporte. No passado as câmaras de Amadora, Loures e Odivelas eram bastante recetivas. Acrescentou que é muito difícil arranjar transporte para participar no aniversário da ACAPO quando ele se realiza fora de Lisboa.

Jacinto Moita considerou legítimo que os Associados expressem os seus desabafos, as suas frustrações e até as suas revoltas nestas assembleias e que a DD justifique os seus atos. A delegação tem uma população muito heterogénea e os Associados têm certos desabafos por falta de uma resposta não da ACAPO, mas do próprio país. O Estado deve responder às necessidades das pessoas e a ACAPO serve para complementá-las e é por isso que existem os acordos de cooperação.

O Associado finalizou a sua intervenção com a sugestão à DD de realizar periodicamente reuniões abertas para haver mais informação. Apelou à paciência e tolerância para haver maior colaboração.

Graça Gerardo disse que, apesar das dificuldades com os transportes é preciso ser-se resiliente e tentar encontrar soluções também dentro da instituição. Por vezes, os colaboradores até gostam de sair da rotina e de participar em atividades fora da ACAPO. Inquiriu da possibilidade de a DD organizar, em articulação com a DN ou autarquias, para o fornecimento de transporte, uns dias de praia.

Paulo Santos não vê como seria possível dispensar colaboradores para as férias e parar os respetivos serviços. Informou que, além dos atendimentos, os técnicos também fazem trabalho administrativo inserindo dados numa plataforma. Confessou nunca ter tentado pedir apoio a juntas de freguesia.

Rui Jacinto falou das instalações do Vale de Santo António (com problemas de acessibilidade para alguns Associados) e da respetiva renda, questões sobre as quais se terá que refletir futuramente. É preciso ter em conta que a idade média dos Associados tem aumentado e que algo tem que ser feito para, por exemplo, ir buscar pessoas para exercer o seu direito de voto, já que a ACAPO não dispõe de meios mais modernos e a correspondência nem sempre chega atempadamente, como se viu nas últimas eleições.

O Associado referiu aniversários importantes para a tiflologia e que a ACAPO deveria celebrar: os cento e cinquenta anos da morte de Castilho e em dois mil e vinte e seis o centenário da morte de Branco Rodrigues.

Sobre a renda, Paulo Santos esclareceu que a DD há dez anos começou por pagar mil e quatrocentos euros e que, tendo em conta a área das instalações e a sua localização, não se pode considerar que o valor de cerca de mil e seiscentos euros seja caro.

Em relação às escadas, disse que as instalações de Santa Marta e de São José tinham mais escadas e mais perigosas que as do Vale de Santo António.

No que respeita ao envelhecimento dos Associados, A DD nota que a maioria da população que procura os serviços técnicos da ACAPO é idosa, havendo pessoas com mais de cinquenta anos que nem sequer pensam em sair de casa.

Para terminar, Paulo Santos declarou que: «nada nos move contra as pessoas mais idosas, nada nos move contra as pessoas com mais dificuldades de mobilidade, mas a ACAPO tem que prestar um serviço de reabilitação em primeiro lugar às pessoas com deficiência visual.

E nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrados os trabalhos, pelas dezoito horas e dez minutos, dos quais foi lavrada a presente ata que, depois de lida, será assinada nos termos da lei.

Presidente – Paulo Alexandre Almeida Coelho

Primeira-Secretária – Ana Maria Valente Medeiros

Segundo-Secretário – António João Nobre Rodrigues